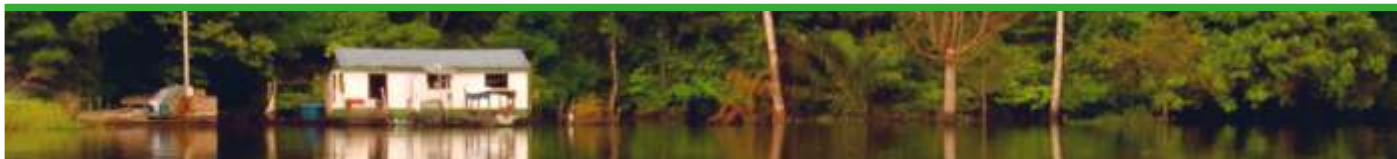


Boletim Fundo Amazônia, n. 41, ago. 2013

<http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital>



Agosto 2013

Número 41

www.fundoamazonia.gov.br

BNDES aprova R\$ 14,9 milhões para conservação e uso sustentável dos ativos florestais do estado do Amazonas

Projeto prevê ações em 41 dos 62 municípios e inclui fomento de atividades produtivas em comunidades indígenas

A diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou, no âmbito do Fundo Amazônia, apoio no valor de R\$ 14,9 milhões para estimular iniciativas de conservação e uso sustentável dos ativos florestais em 41 dos 62 municípios do Estado do Amazonas. Com essa aprovação, a carteira do Fundo Amazônia passa a somar 42 projetos apoiados, no valor global de R\$ 555,2 milhões.

Com área de 1,6 milhão de km² e 3,5 milhões de habitantes - 79% em área urbana e 21% em área rural -, o estado do Amazonas possui 140 milhões de hectares de florestas nativas e cerca de 98% de sua cobertura florestal preservada. Aproximadamente metade do estado é ocupada por unidades de conservação e terras indígenas, onde vivem 20,6% da população de índios brasileiros.

Cadeias de valor - O projeto "Sepror Agroecológica" - que será executado pela Secretaria de Estado da Produção Rural do Amazonas (Sepror) - tem por objetivos estimular a retomada da exploração de seringais nativos, agregar valor à cadeia da castanha-do-brasil junto à comunidade tradicional extrativista e fomentar atividades produtivas em comunidades indígenas.

O que será realizado

- ✓ Estímulo à retomada da exploração de **seringais nativos**;
- ✓ Agregação de valor à cadeia da **castanha-do-brasil**;
- ✓ Fomento de atividades produtivas em **comunidades indígenas**;
- ✓ Estudos, capacitação e **assistência técnica**.

Fonte: Fundo Amazônia/BNDES

Também estão previstas ações de estudo, capacitação e assistência técnica, além da realização de inventário de áreas de castanhais e seringais e elaboração de banco de dados dessas duas cadeias de valor.

Cabe ressaltar que a extração de borracha já foi a principal atividade econômica do Amazonas, mas atualmente boa parte da demanda nacional é suprida pelo mercado internacional, havendo, dessa forma, espaço para oportunidades regionais. No caso da castanha-do-brasil, o projeto visa agregar valor ao produto fortalecendo principalmente as etapas de beneficiamento e escoamento da produção. O prazo de execução é de 36 meses.

Área de abrangência do projeto

Amazonas

41 dos 62 municípios do Estado:

Amaturá (1), Anamá (2), Anori (3), Autazes (4), Barcelos (5), Benjamin Constant (6), Beruri (7), Boca do Acre (8), Borba (9), Canutama (10), Carauari (11), Careiro da Várzea (12), Coari (13), Eirunepé (14), Envira (15), Fonte Boa (16), Humaitá (17), Ipixuna (18), Iranduba (19), Itacoatiara (20), Itamarati (21), Juruá (22), Jutai (23), Lábrea (24), Manaus (25), Manicoré (26), Maraã (27), Maués (28), Nova Olinda do Norte (29), Novo Aripuanã (30), Pauini (31), Rio Preto da Eva (32), Santa Isabel do Rio Negro (33), Santo Antônio do Içá (34), São Gabriel da Cachoeira (35), São Paulo de Olivença (36), Tabatinga (37), Tapauá (38), Tefé (39), Tonantins (40) e Urucurituba (41).

Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural- SICAR

Técnicos do MMA e do IBAMA mostram à equipe do Fundo Amazônia como funcionará o sistema integrado de informações que vai formar base única de dados sobre o panorama ambiental no Brasil

No dia 14 de agosto, os analistas ambientais do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Rodrigo Sabença, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Bernardo Trovão, estiveram na sede do BNDES, no Rio de Janeiro, para demonstrar à equipe do Fundo Amazônia como funcionará o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural - SICAR, criado pelo decreto nº 7.830 em 17 de outubro de 2012.

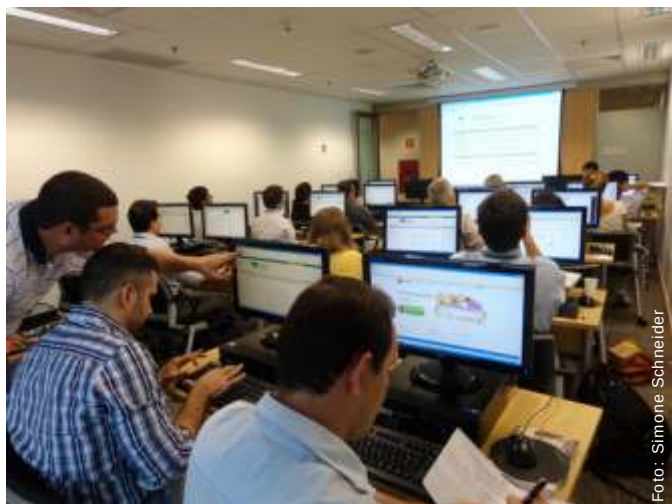
O SICAR deverá ser implantado até o final de 2013, o

que permitirá a formação de uma base única de dados sobre o panorama da situação ambiental das propriedades rurais brasileiras. Quando estiver liberado, o agricultor - proprietário ou possuidor rural - poderá acessar o sistema via internet (www.car.gov.br) e efetuar o cadastro de seu imóvel.

Integração de informações - O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um registro eletrônico, obrigatório para todos os imóveis rurais, que tem por objetivo integrar as informações ambientais referentes às propriedades e posses rurais. Com o SICAR implantado, o governo federal vai poder receber, gerenciar e integrar os dados estaduais do CAR, assim como cadastrar e controlar as informações de todos os imóveis rurais.

Pelo sistema, será possível monitorar a manutenção, a recomposição, a regeneração, a compensação e a supressão da vegetação nativa nos imóveis rurais, além de serem fornecidas, também via internet, informações de natureza pública sobre a regularização ambiental dos imóveis rurais.

O SICAR é dividido em três módulos: Módulo de Cadastro (entrada de dados para inscrição do CAR e acompanhamento do processo), Módulo Geo (desenho georreferenciado da propriedade) e Módulo de Análise (validação automática das informações).



A equipe do Fundo Amazônia conferiu como funcionará o SICAR na prática

VII Fórum Latino-americano e do Caribe de Carbono é realizado no Rio de Janeiro Fundo Amazônia participa de sessão sobre novos mecanismos de financiamento para REDD+

Foi realizada nos dias 28, 29 e 30 de agosto, no Rio de Janeiro, a sétima edição do Fórum Latino-americano e do Caribe de Carbono (LACCF, na sigla em inglês), conferência voltada para difundir conhecimento e experiências do mercado de carbono.

O evento - que reuniu representantes do setor público, setor privado, organizações internacionais, instituições financeiras e sociedade civil de mais de 30 países - foi dividido em seis plenárias e 24 debates.

A gerente Angela Skaf representou o Fundo Amazônia na sessão *Novos Mecanismos de Financiamento para REDD+: Experiências na América Latina*. Guilherme Martins, gerente do Departamento de Meio Ambiente do BNDES, participou da plenária *Planejando e Financiando o Futuro de Baixo Carbono na América Latina*.



O que é

Plataforma regional sem custos estabelecida em 2006 para difundir conhecimento e promover intercâmbio de informação e experiências, facilitando as oportunidades de negócios entre os principais interessados no mercado de carbono.

Objetivos

Reunir os principais atores do setor e facilitar os debates voltados à promoção da redução de emissões de gases GEE e da ampliação do volume de investimentos em atividade com baixa emissão de carbono na América Latina e no Caribe.

Quem já sediou o evento

- | | |
|------------------|-------------------------------|
| ✓ 2006 - Equador | ✓ 2009 - Panamá |
| ✓ 2007 - Peru | ✓ 2010 - República Dominicana |
| ✓ 2008 - Chile | ✓ 2011 - Costa Rica |